

-----**ACTA N.º 231**-----

----- Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Dr. Manuel da Silva Soares, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

1. Acta-----

1.1 Acta 230 de 29 setembro 2014-----

2. Correspondência-----

3. Período de antes da Ordem do Dia-----

3.1 Assuntos de Interesse Local-----

4. Período da Ordem do Dia-----

4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara-----

4.2 Mapa de Pessoal 2015-----

4.3 Autorização para Encargos Plurianuais-----

4.4 Freguesias - Apoios Extraordinários-----

4.5 Regulamento de Utilização do Campo Municipal-----

4.6 Orçamento e GOP 2015-----

5. Período Destinado ao Público-----

----- Passavam dez minutos das dezassete horas quando o presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.-----

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Albano de Amaral Macedo-----

- Alexandre Fernandes Tavares-----

- Alexandre Paulo Tavares Machado-----

- Ana Maria Tavares Mendes-----

- Ana Patrícia da Silva Ferreira-----

- Ana Raquel Machado e Costa-----

- António Manuel Martins de Bastos-----

- António da Silva Portela-----

- Carla Andreia Coutinho Tavares-----

- Carla Manuela Borges Soares-----

- Cipriano de Arede Nogueira-----

- Claudino da Fonseca Soares-----

- Custódio Tavares Pereira de Lima-----

- David da Silva Alves-----

- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----

- José Bastos da Rocha-----

- José Carlos Ribeiro de Sousa-----

- José Luís da Silva e Almeida-----

- Júlio Martins Fernandes-----

- Luís Filipe Tavares Silva Pedro-----

- Manuel da Silva Soares-----

- Mariana Fernanda Martins de Bastos-----

- Mário Coutinho Martins-----

- Mário José Costa da Silva, foi registada a sua presença próximo das dezoito horas-----

- Rui Manuel Arede Lopes-----

- Sandra Henriques da Silva-----

- Sérgio Soares da Silva-----

- Toni Pedro Ribeiro Martins-----

---- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de António José Martins Coutinho, Presidente da Câmara Municipal; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira, António Rodrigues Ferreira e Idalina Pereira Tavares, Vereadores.-----

----- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----**Ordem de trabalhos**-----

1 Acta – Foi apreciada e aprovada, por maioria, com uma abstenção de Sandra Henriques da Silva, a Acta n.º 230, da sessão realizada no dia 29 de setembro de 2014, disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura.-----

2 Correspondência:-----

O presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da seguinte correspondência que poderia ser consultada e informação recebida: -----

Disse ter apenas recebido os convites habituais, assim como desejos de boas festas das diversas IPSS e Juntas de Freguesia e informou que, em nome de toda a Assembleia Municipal, tomou a iniciativa de enviar os votos de boas festas e próspero ano de 2015 às instituições concelhias, às Juntas de Freguesia, à CIRA, à CCDR e aos párocos do concelho.-----

Foi dado conhecimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal sobre os votos de pesar pela morte de dois Pessegueirenses: o senhor António Pereira da Silva e o senhor Licínio Juvenal Martins Pereira Mendes.-----

Depois, foi dado a conhecer o relatório do Revisor Oficial de Contas, em relação ao primeiro semestre, documento elaborado sobre a análise feita à situação financeira e económica do Município. -----

Informou que os grupos municipais reuniram, como é habitual, e foi entendido que a eventual criação da Comissão de Acompanhamento das Obras da ETAR de Sóligo não é necessária, porque já oficiou ao presidente da câmara no sentido de dar cumprimento ao que foi decidido, que era convocar os líderes dos grupos municipais e os presidentes das Juntas de Freguesia envolvidos no projeto para uma reunião com a equipa técnica no sentido de tirarem algumas dúvidas e colocar questões.

Em relação ao regulamento de atribuição das medalhas, foi decidido que, cada líder dos grupos municipais, faria uma informação e discutiria com o maior recato possível, sendo que as medalhas seriam entregues no feriado municipal.-----

O presidente da Assembleia Municipal pediu aos presidentes das juntas de Freguesia para fazerem uma divulgação da alteração à Lei dos Baldios, aprovada com a Lei n.º 72/2014, de 2 de setembro. -----

Aproveitou para dar conhecimento de uma norma publicada recentemente – Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro - que veio permitir a regularização e alteração ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo. Trata-se de uma norma que apresenta um regime excecional e permite regularizar as zonas onde não era possível construir e eventualmente fazer ampliações.-----

-----**3 – Período Antes da Ordem do Dia**-----

3.1 – Assuntos de Interesse Local-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou serem esses pedidos intercalados nos termos do regimento, para não intervirem seguidos dois membros do mesmo grupo.-----

----- Após a anotação de todas as inscrições, passou-se ao período das intervenções.-----

A primeira intervenção foi de **Carla Manuela Borges Soares**, que falou sobre algumas preocupações que lhe vão sendo comunicadas por parte de alguns munícipes do concelho, bem como de situações com algum desagrado para com o atual executivo. Começou por falar sobre a falta de vigilância no Centro Coordenador de Transportes, já que vários os

encarregados de educação deram a conhecer algumas situações muito preocupantes, tais como, *bullying* entre alunos, espancamentos e maus tratos físicos e, ainda, situações de tráfico de droga. Questiona a hipótese de ser solicitada alguma intervenção com um maior envolvimento da Escola Segura.-----

Referiu que seria bom averiguar da segurança, ou falta dela, no que respeita a infraestruturas, existente no 1º CEB e no que se refere também às acessibilidades, uma vez que a escola é cada vez mais inclusiva e há alunos com deficiências físicas havendo necessidade de acesso em cadeiras de rodas.-----

Outro assunto que referiu foi o facto de moradores do lugar de Sóligo comunicarem a sua preocupação pela não existência de algo que limite a velocidade dos veículos que aí circulam e com o estacionamento de viaturas efetuado ao longo da via.-----

No que respeita às situações de algum desagrado pela inércia apresentada pelo atual executivo relativamente a alguns assuntos já comunicados, passando a referir: a população de Silva Escura referiu não ter havido comunicação relativa às datas das obras na estrada; o facto de, na estrada do Covêlo haver árvores que, por estarem inclinadas sobre a via pública, oferecem perigo pela falta de segurança e de este facto já ter sido comunicado a alguns elementos deste executivo e de ainda nada ter sido feito, até ao momento.-----

Disse também ter sido dado a conhecer que já foram vários os contatos estabelecidos por diferentes Cedrinenses no sentido de serem tomadas algumas diligências relativamente à falta de escoamento e condução das águas pluviais na Ecopista, quer na zona de Cedrim quer na zona entre a Senhora dos Milagres e Fontelas, como foi o caso do senhor Rui Gomes, do senhor Custódio Gomes, do senhor Jorge Silva, que veem as suas propriedades ameaçadas e impossibilitadas de ser cultivadas, pelo facto de, desde que a obra foi realizada, apesar de prometido, ainda nada ter sido feito o encaminhamento prometido das águas pluviais para ser resolvido o problema apontado.-----

Para terminar, quis partilhar uma situação que lhe tinha sido colocada por pessoas que vão à missa, à noite, a Cedrim, e utilizam a escadaria principal. Nesta fase em que se pode verificar algum trabalho de melhoria nos acessos exteriores da área envolvente à igreja, apelou à necessidade de colocação de iluminação naquela área, na medida em que a escadaria atualmente não é iluminada, colocando em perigo quem a utiliza à noite pela falta de visibilidade.-----

Seguidamente, foi dada a palavra a **Sérgio Soares da Silva** que quis partilhar o seu testemunho como autarca e de vários anos de envolvimento em alguns assuntos estruturantes, na comunidade, dizendo que, nos últimos dois meses teve a oportunidade de assistir de muito perto ao Aproveitamento Hidroelétrico de Ribeiradio-Ermida, dizendo que se deslocou ao local várias vezes, acompanhado por engenheiros da EDP, onde chamou a atenção para a reposição atempada de tudo que iria ficar submerso com aquela obra e que tinham escapado ao deficiente Estudo de Impacte Ambiental. Disse que, depois de realizadas tantas reuniões e visitas ao terreno, ainda não tinha sido dada uma resposta. Apresentou dois casos que considera serem exemplos da falta de respeito pelo município e pela sua população.-----

Falou, também, do enchimento da barragem, dizendo que, numa das reuniões realizadas com a EDP, foi-lhe comunicado que o mesmo seria feito de forma lenta e por fases até ao final de 2014, mas que no início de outubro a albufeira passou da cota 50 para próximo da cota 100 sem que fosse feita qualquer tipo de limpeza, abafando achados arqueológicos e submergindo habitações expropriadas deixando autênticas lixeiras.-----

Disse que a sua intervenção tinha como objetivo sensibilizar a Assembleia Municipal e o Município para a injustiça existente na nossa sociedade e a culpa que cada um tem na forma como tudo acontece, dizendo que entende que, para assegurar condições de conforto às populações da beira-mar pode implicar alguns estragos e sacrifícios, mas disse não conseguir aceitar que o nosso Município continue entusiasmado com a barragem e o seu promotor.-----

Quanto à Comissão criada para o acompanhamento das obras, disse considerar que o seu trabalho estava feito e que, infelizmente, nada veio a acrescentar. Disse que, as obras acabaram, nada mudou e se inicia a nova fase do atirar das responsabilidades de uns para

os outros e vice-versa. Atendendo ao sentimento de missão cumprida e depois de ter falado com todos os membros daquela Comissão e o com o presidente da Assembleia Municipal, propôs que a mesma seja encerrada.-----

A última intervenção foi de **Toni Pedro Ribeiro Martins** que começou por dar as suas felicitações à Câmara Municipal por, mais uma vez, procedeu à organização, em conjunto com outras associações e empresas do concelho, na preparação e distribuição de cabazes de Natal às pessoas mais carenciadas dizendo que, certamente aquela iniciativa contribuirá, de alguma forma, para uma quadra festiva mais digna. E ainda, felicitou a Câmara Municipal pela conquista do primeiro prémio, na vertente ambiental, com o projeto Feira do Mirtilo, no âmbito do concurso “Melhores Municípios para Viver”.-----

Sobre a questão ambiental, disse ser um assunto preocupante pois, no âmbito da requalificação do centro da vila, foram instalados contentores de resíduos enterrados. Salientou que, aquela solução, embora visualmente agradável, poderá ser uma ameaça à saúde pública, uma vez que, é visível nalguns daqueles contentores o abatimento da calçada, o que originaria infiltrações. Disse ainda que, os fossos se encontravam com água que poderia reagir com os diversos resíduos e originar cheiros desagradáveis ou até mesmo doenças. Questionou se estará previsto algum plano de limpeza e desinfeção daqueles contentores e, também, dos contentores ditos “comuns”. Sobre a recolha de resíduos nos mesmos, perguntou se seria possível proceder a um planeamento mais cuidado, dado que a operação de recolha demora vários minutos e impede a circulação normal de veículos, acontecendo frequentemente nas horas de maior movimento da vila. Mais questionou a razão de já não serem recolhidos os monos.-----

Relativamente à época Natalícia, perguntou quais as ações implementadas para a promoção e o apoio ao comércio local.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal** para que pudesse responder às questões colocadas nas intervenções. Começou pela primeira intervenção, de Carla Soares, dizendo ter registado a maior parte das suas preocupações, e, em relação à questão da segurança na estação de camionagem, que era um assunto para ser discutido na próxima reunião do Conselho Municipal de Segurança, a convocar no início de 2015. -----

Sobre as acessibilidades do primeiro ciclo, disse que, a maior parte está em condições, faltando em Cedrim, com uma intervenção a esse nível já programada.-----

Quanto ao controlo de velocidade em Sóligo, disse ser uma situação nova e não ter sido solicitada qualquer intervenção a esse nível, nem pela Junta de Freguesia ou pelos moradores, e que estavam atentos para ver o que seria possível fazer.-----

Sobre as obras que estão a ser realizadas em Silva Escura, disse ser uma intervenção levada a efeito pela AdRA, onde os prazos de execução estão indicados nos cartazes da empreitada. -----

Sobre a questão de Covelo, disse ter registado o problema, e sobre as águas pluviais em Cedrim, informou que, naquele dia, tinham estado a tratar de alguns casos e os dos acessos à Ecopista ficaram resolvidos.-----

Disse ter ficado registada a sugestão de iluminação da escadaria de acesso à Igreja de Cedrim, e como estava a decorrer a obra de pavimentação junto à igreja e ao cemitério, foi pensado preparar um projeto para intervenção no exterior do adro e cemitério, ficando o registo da iluminação para uma possível inclusão nessa intervenção.-----

Passando para a intervenção de Sérgio Silva, disse ter registado as preocupações, sendo certo que partilhava grande parte dessas apreensões. Disse abster-se de tomar uma posição relativamente à construção da barragem e, como sabe, tem estado a tentar resolver parte daquelas situações da forma mais urgente possível com a EDP e com o consórcio da construção. Abordou o caso do falecido senhor Manuel Joaquim, tendo já falado com a família que entendeu a situação e que se estaria a estudar a reposição do acesso da ponte, cujos encargos serão da responsabilidade da EDP. Mais comunicou que existiam várias situações em negociação para serem protocoladas com a EDP, com vista à reposição de algumas .-----

Relativamente à questão da família que volta a vir aqui à sessão, informou que a Câmara Municipal e o serviço de Ação Social já trabalhou com a mesma e nunca pediram qualquer

ajuda para negociar com a EDP e alguma questão de realojamento também não passou por esta entidade até este momento. A família apenas informou que o valor que a EDP negociou não era suficiente para a habitação que está a ser construída.-----
Passando para a intervenção de Toni Martins, disse que o Cabaz de Natal é uma ação levada a cabo há muitos anos em conjunto com algumas IPSS e, também, com empresas que querem aderir àquele programa. Referiu ser uma ação que, de ano para ano, é mais difícil levar a cabo pelo seu custo, e porque há cada vez mais gente com necessidade de apoio.-----
Sobre a questão dos contentores subterrâneos, disse não ser muito prático, sendo que os abatimentos exteriores não interferem em nada com o depósito interior, não havendo qualquer risco de haver transferência de efluente de dentro dos contentores para fora.-----
Quanto à recolha de monos, informou que esse serviço mantém-se duas ou três vezes por ano e é feita a publicitação através da afixação de editais.-----
Sobre a promoção do comércio local, disse que foi feita a iluminação de Natal, a Feirinha de Natal, a publicação nos *mupis* a apelar às compras no comércio local e outras atividades a realizar nos dias que antecedem o Natal.-----
Os membros que intervieram entregaram à mesa as cópias das suas intervenções que dela fazem parte integrante e vão ser arquivadas juntamente com os documentos desta sessão.---
Depois de concluídas as intervenções registadas e os assuntos tratados no “Período de Antes da Ordem do Dia”, passou-se ao “Período da Ordem do Dia”.-----

----- 4 – Ordem do Dia -----

4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara: - Foi prestada a habitual informação sobre o documento elaborado e disponibilizado aos membros da Assembleia Municipal. Depois de ter sido prestada a informação pelo Presidente da Câmara Municipal foi perguntado pelo presidente da mesa à Assembleia se pretendiam colocar questões ou se havia alguma dúvida sobre a informação. Posto isto, como não houve qualquer questão passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.-----

4.2 Mapa de Pessoal 2015: - Dando cumprimento às disposições contidas no artigo 28º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a “Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas”, foi elaborado o Mapa de Pessoal do Município para vigorar a partir de 1 de janeiro de 2015. Analisado o documento, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor, o Mapa de Pessoal para 2015 nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.-----

4.3 Autorização para Encargos Plurianuais: - Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da LCPA, conjugado com o artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, a Assembleia Municipal aprovou, com vinte e sete votos a favor, autorizar os encargos plurianuais para as seguintes empreitadas e aquisições de bens e serviços:-----

- Empreitada de Beneficiação da E.N. 328-1;-----
- Subsídio extraordinário a conceder à Santa Casa da Misericórdia de Sever do Vouga para a construção de um ginásio no Lar de Idosos e recuperação de uma casa destinada a arquivo e arrumos da instituição;-----
- Intempéries – muros;-----
- Intempéries – restabelecimento (Caminho da Arrôta);-----
- Aquisição de Serviços de Apoio à Dinamização do Parque Urbano e Espaços Comerciais da Vila;-----
- Aquisição de Serviços de Programa de Controlo de Qualidade de Água (PCQA) 2015;---
- Aquisição de Serviços Técnicos na área do som, luz e audiovisual para eventos realizados no CAE de Sever do Vouga;-----
- Aquisição de Equipamento e Manutenção para Controlo de Assiduidade e Acessos.-----

4.4 Freguesias – Apoios Extraordinários: - No âmbito da reestruturação das turmas do 1º ciclo de algumas freguesias, foram analisados dois protocolos de cooperação aprovados pela Câmara Municipal, relacionados com o asseguramento do transporte daqueles alunos durante o ano letivo de 2014/2015. -----

Antes de ser votado este ponto, foi aberto um período de intervenção, tendo sido dada a palavra a **Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva** interveio para dizer que, passado cerca

de um ano sobre a entrada em vigor da Lei 75/2013, de 12 de setembro, onde se encontra prevista a delegação de competências aos municípios, a qual se consubstanciou na celebração de acordos de execução entre o Município e as Juntas de Freguesia, seria importante que a Câmara Municipal informasse a Assembleia Municipal na forma como as freguesias estão a interagir com o Município naquele aspeto e de que modo estariam a executar aquela transferência de competências. Referiu a importância de se saber se, no geral, as freguesias estariam a cumprir, se existe, por parte da Câmara Municipal, algum estudo ou relatório sobre a execução daquele trabalho.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** pediu ao presidente da Câmara para dar um esclarecimento sobre o assunto. O **presidente da Câmara Municipal** disse que, o regulamento de transferência de competências para as Juntas de Freguesia e os Acordos de Execução foram aprovados em abril, sendo evidente que houve algum atraso, uma vez que é uma coisa recente, estando as Juntas de Freguesia a responder àquilo que lhes foi solicitado, tendo sido criada uma grelha de acompanhamento. Informou que as Juntas de Freguesia já apresentaram as suas propostas sobre os acordos e onde pretendem aplicar as verbas, estando a apresentar, também, as propostas de execução para o próximo ano.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** sugeriu que, na próxima comunicação escrita do presidente da Câmara fosse incluído um balanço sobre este assunto.-----

O **Diretor de Departamento** interveio para dizer que a atribuição de apoios às freguesias na forma de subsídio é uma competência da Assembleia Municipal e os acordos de execução são outro assunto, relacionados com a transferência de competências, onde há a obrigação de ser elaborado um relatório semestral para ser apresentado à Assembleia Municipal e tomar conhecimento das ações desenvolvidas ao abrigo de cada acordo.-----

Terminado o período de análise e discussão, passou-se à votação dos dois apoios:-----

4.4.1 União das Freguesias de Cedrim e Paradela: - O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor, a celebração do protocolo de cooperação entre o Município e a União das Freguesias de Cedrim e Paradela, para assegurar o transporte dos alunos do 1º CEB durante o ano letivo de 2014/2015, assim como o pagamento de um subsídio no valor de € 5 891,76 (cinco mil, oitocentos e noventa e um euros e setenta e seis cêntimos) para o efeito. Esta deliberação foi tomada ao abrigo previsto da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

4.4.2 Freguesia de Talhadas: - O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor, a celebração do protocolo de cooperação entre o Município e a Freguesia de Talhadas, para assegurar o transporte dos alunos do 1º CEB durante o ano letivo de 2014/2015, assim como o pagamento de um subsídio no valor de € 3 453,56 (três mil, quatrocentos e cinquenta e três euros e cinquenta e seis cêntimos) para o efeito. Esta deliberação foi tomada ao abrigo previsto da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

4.5 Regulamento de Utilização do Campo Municipal: - Terminado o prazo de audiência pública sem qualquer sugestão de alteração, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor, a versão final do Regulamento de Utilização do Campo Municipal.-----

O membro **Mário José Costa da Silva** chegou por volta das 18:00 e participou apenas na votação do último assunto da Ordem do Dia.-----

4.6 Orçamento e GOP 2015: - Feita a apresentação dos documentos previsionais, de acordo com a proposta aprovada pelo órgão executivo, foi aberto um período de intervenções, tendo o mesmo sido aberto por **Sérgio Soares da Silva** que começou por enaltecer o executivo pelo orçamento ambicioso apresentado para o ano 2015 e pelo toque nobre no que respeita à ação social, à educação, à cultura, ao desporto, aos tempos livres, ao associativismo e em parte ao turismo. Contudo, não poderia deixar passar a oportunidade de registar que, grande parte daquele orçamento não passava de uma cópia do anterior, especialmente no que concerne ao investimento nas várias freguesias. Apelou para que fosse feito um sacrifício premente em benefício dos investimentos necessários ao

desenvolvimento daquelas freguesias que tanto contribuem para o equilíbrio do Município.-----

Foi dada a palavra a **José Luís da Silva e Almeida**, o qual referiu que, a apreciação do orçamento feita pela bancada que representava era positiva, porque era dado o ênfase à continuação das políticas de investimento que deram resultados positivos como bem destacou o líder da bancada do PSD e que destaca o desenvolvimento cultural, a promoção da atividade turística, o desenvolvimento económico, o melhoramento da qualidade de vida dos munícipes, a sustentabilidade ambiental e o melhoramento da eficácia e eficiência dos serviços. Também quis destacar o facto de, mais uma vez, ser feito um apêndice onde se encontra uma boa explicação do orçamento apresentado. Disse ainda, que no orçamento existe uma rubrica de cerca de € 67 000 destinada ao famoso Fundo de Apoio Municipal, que era uma contribuição dos municípios com uma situação financeira melhor para contribuírem a favor dos municípios com uma situação financeira catastrófica.-----

Aproveitou para sugerir que fossem feitas amortizações extraordinárias nos empréstimos com valores mais altos nas taxa de juros, caso houvesse uma decisão nesse sentido.-----

A última intervenção coube a **Toni Pedro Ribeiro Martins** que quis felicitar o presidente da Câmara pela consulta de opinião dos vereadores do PSD para a execução do orçamento, sem dúvida o documento de trabalho mais importante de um município. Sugeriu que, no futuro e, se possível, fosse fornecido atempadamente um exemplar do orçamento de forma que a colaboração seja ainda mais empenhada. Disse que, após análise do documento, registou um excesso de rubricas assinaladas com um valor simbólico de cinco euros, sendo irrealista e que merece um olhar atento ao seu grau de execução. Disse ter registado ainda que, o apoio aos empresários e empreendedorismo tão referenciado pelo atual executivo não se refletiu no orçamento. Por fim, propôs que, na execução do próximo orçamento fosse reservada uma parcela para um orçamento participativo, à semelhança do que acontece em vários municípios e com exemplos muito válidos e reconhecidos pela população.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** quis explicar que o FAM trata-se de um fundo criado para pagamento de dívidas de municípios que estavam em falência.-----

Foi dada a palavra ao **presidente da Câmara Municipal** que deu alguns esclarecimentos sobre o orçamento, dizendo que era idêntico ao do ano anterior, contando com as transferências do orçamento do estado e com alguma variação nos impostos diretos. Aproveitou para dizer que, a inclusão de algumas rubricas com uma dotação mínima foi para assinalar aquilo que se pensou que poderia ser possível preparar para ser candidatado ao próximo quadro comunitário.-----

Aproveitou para dar um esclarecimento sobre o quadro de pessoal, dizendo que Sever do Vouga era um dos municípios que, em 2015, vai poder ainda admitir algum pessoal.-----

Deliberação: No uso da competência dada através da alínea a) do n.º 1, do artigo 27º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram apreciados e votados os documentos previsionais para o ano económico de 2014, cujo Orçamento de Receita e Despesa é de 8.700.000,00€ (oito milhões, setecentos mil euros), com os valores evidenciados nas rubricas por classificação orgânica, económica e funcional, nesta última situação, discriminados nos projetos e ações das Grandes Opções do Plano, com uma dotação definida de €3.949.090,00 (três milhões, novecentos e quarenta e nove mil e noventa euros), documento esse que reúne o Plano Plurianual de Investimentos, com despesas de capital previstas no valor de 3.400.000,00€ (três milhões e quatrocentos mil euros) e o Plano de Atividades Municipais com uma dotação global de €549.090,00 (quinhentos e quarenta e nove mil e noventa euros). -----

De igual modo, foi analisada e votada a proposta apresentada pelo órgão executivo: -----

a) Para continuar a ser efetuada a cobrança dos impostos municipais através dos competentes Serviços do Estado que por lei estão consignados ao Município, onde se encontram incluídos os já votados – Imposto Municipal sobre Imóveis e Derrama; -----

b) Para a cobrança das taxas e licenças previstas na respetiva Tabela, bem como o tarifário pela prestação de serviços, sem prejuízo da atualização dos seus valores com efeitos a

partir do início do próximo ano, bem como, a revisão de algumas taxas, cuja proposta será, oportunamente, apresentada à Assembleia Municipal para aprovação; -----

c) Para o recurso aos Fundos Comunitários, da Administração Central e ao crédito, se necessário, através dos mecanismos legais e dentro dos limites estabelecidos, utilizando, sempre que possível, linhas de crédito especiais, sem prejuízo de, na altura própria, as decisões serem presentes ao órgão deliberativo; -----

d) Para se autorizar a repartição dos encargos relativos a obras e aquisição de bens ou serviços que resultem do Plano Plurianual de Investimentos, por mais que um ano, quando não seja possível, no período da sua validade, satisfazer pela totalidade os encargos contraídos por dificuldades de tesouraria, bem como outras situações, considerando o disposto no n.º 6, do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho; -----

e) Para ser concedida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais previstos nas Grandes Opções do Plano, nos termos do previsto no artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, e efeitos do previsto no número 1 do artigo 6º da LCPA;

f) Para se prestar a autorização prévia para os compromissos plurianuais dos contratos vigentes, não evidenciados nas Grandes Opções do Plano e aqueles que serão celebrados em 2014, nos termos das mesmas disposições referidas no ponto anterior; -----

g) Para se autorizar a introdução nas Grandes Opções do Plano dos ajustamentos necessários, quer pela transferência de verbas disponíveis ou aprovadas em programas de financiamento externo, quer pela inclusão de obras novas ou ainda reforçar as inscritas, através das modificações orçamentais, desde que tais alterações não alterem o valor global do orçamento e das Grandes Opções do Plano, exceto nas situações admitidas por lei. -----

Assim, decidiu a Assembleia Municipal, por maioria, aprovar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, que dão a necessária cobertura ao orçamento, o Regulamento Municipal para a Execução Orçamental que lhe dará a necessária orientação para a sua execução e, por último, as autorizações indicadas nas alíneas anteriores e que faziam parte da proposta apresentada pelo órgão executivo para a aprovação dos documentos previsionais do ano de 2015. -----

Os documentos previsionais foram aprovados com vinte votos a favor, dos membros: Albano de Amaral Macedo, Alexandre Fernandes Tavares, Alexandre Paulo Tavares Machado, Ana Maria Tavares Mendes, Ana Patrícia da Silva Ferreira, Ana Raquel Machado e Costa, António Manuel Martins de Bastos, António da Silva Portela, Custódio Tavares Pereira de Lima, David da Silva Alves, José Carlos Ribeiro de Sousa, José Luís da Silva e Almeida, Júlio Martins Fernandes, Luís Filipe Tavares Silva Pedro, Manuel da Silva Soares, Mariana Fernanda Martins de Bastos, Mário Coutinho Martins, Mário José Costa da Silva, Rui Manuel Arede Lopes, Sérgio Soares da Silva; e com oito abstenções, dos membros: Carla Andreia Coutinho Tavares, Carla Manuela Borges Soares, Cipriano de Arede Nogueira, Claudino da Fonseca Soares, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, José Bastos da Rocha, Sandra Henriques da Silva e Toni Pedro Ribeiro Martins.-----

-----3 - Período Destinado ao Público-----

Foi dada a palavra às munícipes presentes que solicitaram a palavra para apresentarem as seguintes situações: -----

- Maria Alice Henriques da Silva, moradora no lugar de Pontizela, da freguesia de Pessegueiro do Vouga, cuja situação se prendia com um muro que caiu e outro que suporta o acesso à sua casa e mostra algumas fissuras, dando a entender que também pode ruir. Mais referiu que já tinha vindo apresentar estas situações, há uns anos atrás, e até agora ainda nada se fez. Nos socalcos, por cima de sua casa, há árvores que ameaçam cair e o escorrimento de águas pluviais, pondo em perigo a sua habitação. Pediu que fosse feita uma intervenção para evitar danos patrimoniais e pessoais. -----

- Deolinda Henriques da Silva, moradora no mesmo sítio de Pontizela, da freguesia de Pessegueiro do Vouga, veio transmitir que a corga que passa junto à sua moradia anda por baixo da sua casa, que já rachou, querendo saber quem pagaria os estragos que porventura venha a causar na sua habitação. -----

O **presidente da Assembleia Municipal** disse que, nos termos do artigo 35º do Regimento, iria colocar os dois assuntos, por escrito, à Câmara Municipal, no prazo de 30

dias, porque não são atribuições cometidas à Assembleia Municipal, que não poderiam ser resolvidas na sessão, sendo que depois seriam informadas por escrito.-----
Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----